



A POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA: CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA E AS MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES.

CARLA CAROLINE PANTOJA CORRÊA
MARILIA ROSS DOS REIS PANTOJA MARTINS

RESUMO: O artigo busca tecer alguns aspectos temáticos da população indígena brasileira no período de colonização, numa análise reflexiva e antropológica. Partindo de discussões teórica, históricas e documentais, evidenciando uma literatura etnográfica protagonizada pelos povos europeus e todo o processo de confronto, catequização e violência de uma sociedade “primitiva”. Diante de um nebuloso contexto histórico, tendo como destaque as implicações políticas, sócio-culturais, econômicas que retratam algumas concepções sobre a população indígena brasileira e suas múltiplas interpretações. As discussões baseiam-se de leituras do processo de colonização e relatos literários e teóricos apresentado de maneira distorcida e questionados nos estudos da antropologia indígena.

Palavras-chave: Povo indígena, cultura, etnográfica.

ABSTRACT: The article tries to weave some thematic aspects of the Brazilian indigenous population in the period of colonization, in a reflexive and anthropological analysis. Starting from theoretical, historical and documentary discussions, highlighting an ethnographic literature carried out by the European peoples and the whole process of confrontation, catechization and violence of a "primitive" society. Faced with a nebulous historical context, highlighting the political, socio-cultural, economic implications that portray some conceptions about the Brazilian indigenous population and its multiple interpretations. The discussions are based on readings of the process of colonization and literary and theoretical reports presented in a distorted way and questioned in the studies of indigenous anthropology.

Key-words: indigenous people, culture, ethnography.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do povo indígena e seu processo de formação revelam uma escassez documental de sua origem e cifras da população antes da chegada dos portugueses. O termo “índio” é retratado em nossa literatura como um engano dos portugueses ao chegarem à terra brasileira, acreditando estarem nas Índias, narra como um fato casual de desvio de rota e o encontro com os povos primitivos habitantes da terra “descoberta”, todavia alguns historiadores já desmitificaram tais controvérsias. Os europeus protagonizaram a história-moderna como mentor de um processo de colonização, exploração e morticínio das populações indígenas e suas culturas. Os contatos entre os europeus e os indígenas foram evidenciados e documentados pelo registro de seu “estereótipo” feito na carta de Pero Vaz de Caminha (1963):

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo debaixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e o dente é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber (CAMINHA, 1963 apud CASTRO, 2003, p.2).

A chegada dos portugueses à terra brasileira se deu pelo estabelecimento de feitores, missões, expedições de reconhecimento e ocupações do território descoberto, onde a economia e a estrutura sócio-cultural dos povos nativos foram reorganizadas ao modelo da exploração do mercantilismo imposto pelos portugueses. Os estudos etnográficos de Curt Nimuendajú assinalaram no seu mapa etno-histórico a existência de cerca de 1.400 povos indígenas no território que correspondia ao Brasil do descobrimento (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21).

Os povos nativos sofreram um “quase” extermínio durante o período de colonização, estima-se que existiam entre um milhão a cinco milhões de índios que viviam no território brasileiro no século XV, estando distribuídos entre 1.400 tribos, que falavam em média 1.300 línguas diferentes. A expansão marítima praticada

pelos europeus, em especial os portugueses e espanhóis, trazendo consigo um desequilíbrio entre a relação homem e o seu meio físico. Os espanhóis são os primeiros a “violiar” uma civilização altamente sofisticada superando a chamada Idade da Pedra, os povos Incas, Maias e Astecas. As populações indígenas das Américas (México, Peru, Bolívia, Chile e Equador) haviam ultrapassado a fase “primitiva”, já tinham uma sociedade estruturada economicamente, politicamente e religiosamente. Sendo considerados perigosos ao sistema de controle imposto pelo Cristianismo e desfavorável ao processo de exploração das riquezas de seus minerais. O povo nativo brasileiro não foi o único a sofrer as consequências do desaparecimento e do morticínio, fruto de um processo complexo de homens gananciosos e ambiciosos, denominados como colonizadores, nesse contexto sócio-histórico o período é conhecido pelo capitalismo mercantilista, como descreve Gilberto Freyre:

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização européia vem surpreender nesta parte da América, quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento, nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 1998, p.161).

Discutir as questões que envolvem a população indígena no período colonial requer enfrentar obstáculo no campo das ciências sociais, linguísticas, antropologia e das políticas indigenistas. É preciso interpretá-los criticamente, pois são instrumentos de estudos que propiciaram diversas literaturas¹ diante do dinamismo ocorrido no período de colonização junto à sociedade indígena. Os índios foram massacrados, morriam decorrente de epidemias de doenças infecciosas como a varíola, sarampo, coqueluche, catapora, difteria, gripe e outras. Os povos indígenas foram dizimados pelas expedições punitivas às suas manifestações religiosas e todo movimento de resistências, usado para reprodução de um povoamento ou como escravo, mais nunca foi respeitado pelos seus costumes ou

¹ Principais cronistas e historiadores do século XVI e início do século XVII: Pero Vaz de Caminha (A carta sobre o achamento do Brasil), Hans Staden (Duas viagens ao Brasil), Jean de Léry (Viagem à Terra do Brasil), Pero de Magalhães Gandavo (Tratados da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz), Fernão Cardim (Tratados da terra e gente do Brasil), Gabriel Soares de Souza (Tratado descritivo do Brasil em 1587) e Claude D'Abbeville (História da missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão).

legitimado como dono de sua terra, forçado a compactuar no processo de exploração e colonização do território brasileiro.

UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO POVO INDÍGENA NO BRASIL

Os estudos antropológico e arqueológicos apontam a ocupação de uma sociedade “primitiva” no território brasileiro, denominada populações paleoíndios há mais de 12 mil anos. Existem várias estimativas sobre o quantitativo da população indígena no período da colonização, tendo números não muito exatos e precisos, considerando os métodos e os estudos dos autores. Para Willian Denevan, geógrafo, estimou através de uma contagem consensual uma estimativa de 5,4 milhões de índios amazônicos reduzidos, posteriormente para cerca de 3,6 milhões, já Julian Steward estimou em 1 milhão e pouco (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Nos dias atuais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) apresenta como estimativa em 2000, a distribuição da população indígena, por região de:

Tabela 01: Distribuição da população indígena, por região

REGIÃO	POPULAÇÃO INDÍGENA	% DO TOTAL
NORTE (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins)	213.445	29,07
NORDESTE (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe)	170.389	23,21
CENTRO-OESTE (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)	104.360	14,22
SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo)	161.189	21,96
SUL (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina)	84.748	11,54
TOTAL	734.131	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tais estimativas da população indígena são objetos de análises e discussões, por antropólogos e estudiosos, visto que milhões de brasileiros são descendentes de povos indígenas, apenas 0,4 por cento da população, cerca 700 mil índios, podem considerar-se como tal, conforme os dados do IBGE. Um dos paradigmas desse processo são as interpretações produzidas nesse processo de povoamento do território, conforme trecho de Freyre (1998) ao destacar de uma intensa miscigenação no processo de colonização:

[...] da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo lado paterno (FREYRE, 1998, p.163).

Uma concepção um tanto radical e preconceituosa descrita na obra Freyre (1998), considerada por alguns críticos como “racista”, afirma que o ambiente em que começou o povoamento brasileiro foi de quase intoxicação sexual. Atacando os valores familiares e culturais do povo indígena, ao descrever as mulheres indígenas como ardentes e promíscuas ao se entregarem aos brancos em troca de um pente ou um caco de espelho. Uma abordagem literária contraditória e com eufemismo um tanto depreciativo por críticos e antropólogos, se pode inquirir algumas narrativas, conforme destaca Alencar, na obra *Iracema*:

Durante a noite os potiguaras fincam na praia a forte caiçara de espinho, e levantam contra ela um muro de areia, onde o raio esfria e se apaga. Aí esperam o inimigo. Martim manda que outros guerreiros subam à copa dos mais altos coqueiros; ali defendidos pelas largas palmas, esperam o momento do combate. A seta de Poti foi a primeira que partiu, e o chefe dos Guaraciabas o primeiro herói que mordeu o pó da terra estrangeira. Rugem os trovões na destra dos guerreiros brancos; mas os raios que desferem mergulham-se na areia, ou se perdem nos ares (ALENCAR, 1991, p. 76).

A obra retrata numa linguagem poética a diferença étnica entre um português e uma índia tabajara, ao apaixonar-se foge de sua tribo, ajudada por Poti, amigo de seu amado. Tal acontecimento reflete os conflitos de guerra entre as tribos potiguaras aliadas aos portugueses e as tribos tabajaras aliadas aos franceses. A história de amor da índia Iracema e o português Martin retrata fato histórico e cultural do processo de formação e colonização do território brasileiro. O romance ficcionista e fantasiosa de Alencar (1991), apresenta uma narrativa deformada e preconceituosa com relação à presença de diversas etnias e sobre a condição marcante de submissão e utilização da mulher como instrumento prazeroso. Os relatos dos cronistas retratam as contribuições dos missionários nesse processo de destruição cultural, da religião, costume e negação de seus valores, sua postura omissa, opressiva e intransigente com os nativos, preferindo a morte a ter que presenciar a morte de sua cultura e seus deuses.

Desde o início da colonização os índios que se tornariam aliados, chamados de “mansos” ou “cristãos”, eram aqueles trazidos de suas aldeias através de descimentos e deslocamentos forçados ao trabalho escravo, os jesuítas

defendiam princípios religiosos e morais com objetivo de manter os índios aldeados e sob controle, garantindo a paz na colônia.

Durante o primeiro meio-século, os índios foram, sobretudo parceiros comerciais dos europeus, trocando por foices, machados e facas o pau-brasil para tintura de tecidos e curiosidades exóticas como papagaios e macacos, em feitorias costeiras (CUNHA,2009, p.15).

A força de trabalho indígena devastou muitas áreas do litoral brasileiro, os índios cortavam e transportavam a madeira até uma feitoria, como instrumento de trocas de artigos diversos. Com a implantação do sistema de Capitania Hereditária e nomeação dos donatários pela Coroa Portuguesa, instalaram as primeiras colônias no Brasil, intensificando a prática do escambo, seus declínios impuseram aos indígenas exigências cada vez maiores, inviabilizando esse mercado, paralelamente os portugueses e exploradores necessitavam da mão de obra indígena para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, propiciando a escravidão adotada pelos colonos, sendo propagada em larga escala. Quando a utilização dos serviços indígenas em geral situava-se próximo dos povoamentos das colônias, no seu relato, Cunha (2009) esclarece que o aldeamento é o instrumento eficaz no período colonial, garantindo a conversão e ocupação do território, propiciando a defesa e o desenvolvimento da colônia. O aldeamento essencialmente tinha aspectos positivos e negativos no contexto do processo de colonização, ou melhor, um modelo eficaz de controle utilizado pelos europeus, se por um lado existia coerção sobre os índios, intuído no mecanismo de colonização, por outro a defesa ou liberação dos índios junto aos colonos, uma visão um tanto ambígua, ao ilustrar os aspectos de dominação e aversão da forma de aldeamento.

A aceitação dos índios em abandonar suas aldeias de origem, renunciando seu modo de vida tradicional, sem resistência armada, lhe garantia a liberdade, todavia não a exclusão do trabalho obrigatório nos centros agrícolas. Designados como “índios” de pazes ou “índios amigos” foram catequizados e aldeados em outras áreas de controle dos colonizadores, prestando continuamente serviços a eles. Os “celeiros” priorizavam o controle dos índios e sua prestação de serviço, ou como aliados para a guerra territorial. O impacto desse mecanismo de colonização trouxe consigo:

A magnitude desse fator letal pode ser avaliada pelo registro dos efeitos da primeira epidemia que atingiu a Bahia. Cerca de 40 mil índios reunidos insensatamente pelos jesuítas nas aldeias do Recôncavo, em meado do século XVI, atacados de varíola, morreram quase todos, deixando os 3 mil sobreviventes tão enfraquecidos que foi impossível reconstituir a missão. Os próprios sacerdotes operavam muitas vezes como contaminadores involuntários, como testemunham suas próprias cartas (RIBEIRO, 1995, p. 52).

Na citação se pode observar omissão dos jesuítas, “atolados” na própria ambiguidade de sua lealdade frente à Coroa Portuguesa e aos índios, estando sempre predispostos a servir a realeza contra índios aguerridos, salienta Ribeiro (1995). No primeiro século do “descobrimento” a função dos jesuítas era minar as lealdades étnicas dos índios, apelando fortemente para o seu espírito religioso, objetivando o desgarramento das tribos, atrelando-os às missões.

Os conflitos ideológicos das culturas indígenas propagam discussões em vários campos de estudos, na antropologia, na sociologia, no campo jurídico e demais ciências, encaminhando a um espaço secundário, na atualidade brasileira, questões agrárias, ecológica, econômica etc. atreladas e outras variantes temáticas. Proporcionando assim o surgimento extensivo de interesse no campo da pesquisa investigativa e interpretativa dos povos indígenas e todos os fenômenos, fatos e elementos que envolvem essa sociedade.

Estudos feitos por Fernandes (1952) na reinterpretação do povo Tupinambá, descrito como grupos tribais Tupi, cujo contato com os brancos ocorreu no Rio de Janeiro e na Bahia, apontam todo esse processo de regaste, relatos e registro de uma população nativa. Nessa perspectiva as questões indígenas, numa visão holística, não devem ser um mero objeto de curiosidade científica, sem engajamento dos seus conflitos e problemas, exigindo posturas imediatas no processo de legitimação de seus direitos, como povo indígena e respeito pela sua identidade. Tendo como prioridade os relatos históricos e os acontecimentos atuais. O que se pode esperar das instituições nacionais que funcionam como instrumentos de estabilidade e regaste da sociedade indígena.

Para Eduardo Galvão (1979) a combinação étnica da população indígena propiciou um modelo de sociedade cabocla, através da fusão de tradições com marcas culturais que determinou a fixação de uma cultura que mantém um modelo de vida híbrido. Seus estudos sobre aculturação, áreas culturais indígenas, modos de vida de índios e caboclos, sistemas de parentescos, sistemas adaptativos e

outros aspectos da vida dessas populações contribuíram para descrição e interpretação da formação sociocultural da sociedade brasileira. O antropólogo Cardoso (1981, p.152), afirma que o “contacto interétnico”, particularmente o que envolve “índios” e “brancos”, apresenta-se ao pesquisador sobre dimensões e enfoques diversos. Pode ser focalizada a partir de duas perspectivas distintas, uma comum aos estudos de aculturação, outra comum aos estudos de relações sociais, a primeira inspirada em teorias etnológicas, a segunda em teorias sociológicas.

As relações interétnicas não se dão somente em sistemas de interações tribais. Dão-se também e, sobretudo em situações de contato entre “índios” e “brancos”, como assim são mencionadas essas relações na etnologia americanista. E na tradição dessa etnologia, é necessário acentuar, a expressão “relações interétnicas” sempre esteve aplicada às que têm lugar entre os conquistadores europeus e as populações aborígenes, menos frequentemente entre aquele e os grupos negros trasladados (cujos remanescentes têm sido alvo de estudos de “relações raciais”) e muito raramente às relações intertribais (CARDOSO, 1981, p.14).

As discussões e debates ideológicos culturais indígenas têm como entendimento a reprodução de suas sociedades e culturas, que são delimitadas no campo social e no campo da intermediação, compatibilizando relações entre as sociedades indígenas e a nacional. As sociedades indígenas trazem consigo uma visão de banalização ao longo da história do Brasil, decorrente as contradições que se reproduz sobre os índios, seja ele um ser de liberdade natural ou a aquele ser de imagem “atrasada” a ser superado. Tais concepções são marcadas por relações de conflitos e por compreensões de mundo contraditórios e excludentes.

O Brasil carrega as “heranças” do período de colonização, alimentando a intolerância racial, o preconceito, a exclusão do indivíduo ou/e coletividade considerada diferente, através do isolamento político, social e físico. As lutas da população indígenas na legitimação do espaço das sociedades nativas são pontos a serem analisado. As pequenas comunidades tribais, que buscam sobreviver e proteger suas tradições, sua terra, tem como elemento impeditivo os conflitos agrários, as epidemias, as invasões de colonos ou garimpeiros, reproduzindo “extermínio” das comunidades indígenas, que são aniquiladas aos serem desalojadas de suas terras.

O povo brasileiro necessita constantemente cultivar uma postura reflexiva às múltiplas interpretações sobre a formação e construção de uma identidade indígena, considerando a variação de contingente de etnias e sua fusão. Historicamente o Brasil reproduziu uma população indígena retalhada, marcada pelos conflitos interétnicos, as múltiplas epidemias e moléstias que aniquilam as comunidades tribais, as disputas de terras e o “silenciamento” aos preconceitos, violências e homicídios contra os povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer um posicionamento ou assumir uma postura nas questões evidenciada nesse artigo implica confrontar questões extremamente contraditórias, ambíguas e diferentes em cada grupo étnico e região, na proporção em que os grupos interagem na sociedade. No contexto de um mundo globalizado e sistematizado, os movimentos indígenas fundam entidades e associações objetivando obter projetos no campo econômico, educacional e político, participando do mercado de produção e de consumo, tornando-se politizados e críticos no que se referem seus direitos.

Todos os fatos e registros histórico-culturais do povo indígena resultaram num fragmento de uma sociedade interétnica que luta contra as perseguições, a sobrevivência de suas culturas e tradições, autonomia e reconhecimento de sua alteridade ao reivindicar seus direitos como grupos diferentes. No mundo contemporâneo se pode afirmar que houve um avanço nas relações com os grupos indígenas e os Estados nacionais. No âmbito internacional, os povos indígenas conquistaram alguns instrumentos de defesa de seus direitos, enquanto outros permeiam de forma exaustiva nas diversas esferas constitutivas. Portanto, a população indígena brasileira ainda não alcançou a sua plenitude de “direito”, para tanto é necessário que o Estado esclareça à sociedade o etnocídio ameríndio, ocorrido nesse período histórico e suas diversas concepções interpretativas para um reconhecimento de uma sociedade interétnica e pluricultural.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Iracema**. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, Roberto. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: UnB; R.J.: Tempo Brasileiro, 1978.
- _____. **O índio e o Mundo dos Brancos**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Pioneira; Brasília: UNB, 1981.
- CASTRO, Júlio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. São Paulo: L&M Pocket, 2003.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **A organização Social da Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Museu Paulista, 1952.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1979.
- LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- OLIVEIRA, João Pacheco & FREIRE, Carlos Augusto. **A presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: SECAD. 2006. (Coleção Educação para Todos)
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **O Povo brasileiro: A Formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes. 1985.
- SILVA, Orlando Sampaio. **Eduardo Galvão: índios e caboclos**. São Paulo: Annablume, 2007.